

Rendas petrolíferas e as lacunas na legislação dos municípios petrorrentistas

Rodrigo Machado Vilani - Editor do BPRR
José Luis Vianna da Cruz - Editor do BPRR

O Boletim Petróleo, Royalties e Região (BPRR) publicou seu primeiro número em setembro de 2003. Após 14 anos, 58 números publicados com rigoroso respeito à periodicidade trimestral e à qualidade dos mais de 200 textos (entre análises, entrevistas, editoriais, artigos e pesquisas) publicados, o BPRR, a partir deste número, adota a periodicidade quadrimestral.

Neste número, no qual é inaugurada a nova periodicidade, são apresentados cinco artigos científicos. O primeiro bloco de artigos estrutura-se sobre o objeto central do BPRR, a aplicação das rendas petrolíferas. Dotados de importante reflexão crítica e propositiva, os artigos voltam-se para o contexto atual dos municípios petrorrentistas. Nos dois artigos, pode-se perceber a convergência de uma crítica para a ausência de regulamentação local sobre a aplicação das rendas petrolíferas. Esta lacuna legal, tanto em âmbito local como estadual, tem sido objeto de análise do BPRR desde sua criação. Diversos artigos, matérias e entrevistas discutiram a importância dos royalties e das participações especiais da exploração de petróleo e gás natural para a instituição de políticas voltadas para a promoção da justiça intergeracional. A segunda parte desta edição, composta por três artigos, reforça a trajetória de ampliação temática do BPRR e traz estudos de caso sobre a questão regional, analisando temas atuais e relevantes, como: portos; educação; segurança alimentar e nutricional.

Os dois artigos iniciais travam importante diálogo e uma postura crítica fundamental para discussão quanto à aplicação das rendas petrolíferas. Este tema tem sido o principal fio condutor dos esforços do BPRR na difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro e, mais recentemente, nas demais regiões 'produtoras' do País.

No primeiro artigo, "As rendas petrolíferas dos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo e o pré-sal", Nina Quintanilha Araújo, Paula Alexandra Nazareth e Henrique Diniz de Oliveira analisam a alteração na distribuição de participações governamentais e seus impactos sobre as finanças dos municípios fluminenses e paulistas. A partir da justiça intergeracional, como elemento estruturante da aplicação das rendas petrolíferas, os autores criticam os baixos investimentos em infraestrutura urbana e recomendam a diversificação das atividades produtivas nas cidades e regiões atingidas.

Carlos Alberto Tanaka e Décio Estevão do Nascimento, no artigo "O controle externo na aplicação de royalties do petróleo em municípios do Rio de Janeiro", avaliam a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Discutem o custeio de

despesas de pessoal e encargos e criticam a inexistência de legislação municipal regulamentadora da aplicação e a destinação das rendas petrolíferas. Neste artigo, os autores apontam a importância da atuação dos órgãos de controle externo. Destacam, inclusive, uma atuação pró-ativa. Postura esta que se encontra expressa no artigo inicial, acima descrito, cujos autores são analistas de controle externo do TCE-RJ e demonstram em seu texto uma leitura crítica e propositiva frente à realidade de aplicação das rendas petrolíferas pelos entes municipais.

No terceiro artigo, "O complexo portuário do Açú e os desafios para a educação em São João da Barra", Hevilmar Carneiro Rangel e Ludmila Gonçalves da Matta discutem temática de destaque por sua íntima relação com a região petrolífera do litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, a questão portuária. Especificamente, analisam a operação do Complexo Portuário do Açú, localizado em São João da Barra, e qual a relação do novo cenário econômico do município, resultante deste grande projeto de investimento, com a qualidade da educação municipal. Os autores apontam o incremento das políticas públicas educacionais, mas ainda incipiente, o que demanda melhoria nos gastos com a educação municipal.

"Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito local: estudo e análise do caso de Campos dos Goytacazes", de autoria de Sabrina Fernandes Santos Falçoni, Mauro Macedo Campos e Daniete Fernandes Rocha, traz importante discussão sobre a Segurança Alimentar e Nutricional. Os autores realizaram uma análise do arcabouço jurídico-institucional da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e, especificamente, abordaram o tema no âmbito de Campos dos Goytacazes, principal município petrorrentista do Estado do Rio de Janeiro. A título de conclusão, foram destacadas as iniciativas do Poder Público municipal e apontadas propostas de fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito local.

Por fim, Eduardo Manhães e Lia Hasenclever, em "A dinâmica produtiva e territorial da indústria farmacêutica dos genéricos no Brasil 2000/2017", caracterizam a dinâmica produtiva e territorial da indústria farmacêutica de produtos genéricos. Apontam, como resultado, que a política de criação de medicamentos genéricos produziu impactos positivos no setor farmacêutico brasileiro e, assim, caracterizou-se como uma política industrial. Nesse sentido, estimulou o investimento nacional no setor e contribuiu com a diversidade de produtos e a ramificação e desconcentração regional da indústria farmacêutica.